



## GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/2022 – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2022

### ATA DE REUNIÃO

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, às 15:30h, os membros da Comissão Permanente de Licitação - CPL, nomeados pela Portaria nº 690/2022, reuniram-se para dar prosseguimento ao certame em epígrafe, Processo Licitatório nº 051/2022, Concorrência Pública nº 004/2022, cujo objeto é a Concessão para operação do serviço público de transporte coletivo de passageiros no Município de Conselheiro Lafaiete/MG e as condições operacionais do sistema de transporte complementar, previsto no Anexo I – Termo de Referência – Projeto Básico. Conforme registrado na ata de reunião lavrada no dia 18/05/2023, 14:30h, restou concedido, com fulcro no art. 48, §3º, da Lei nº 8.666/93, à licitante VIAÇÃO UMUARAMA LTDA, o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de documentação de habilitação, retificada em relação às causas que implicaram sua inabilitação, constantes da ata de reunião realizada no dia 09/05/2023, 09:00h (fl. 779). O prazo para apresentação da documentação começou a fluir no dia útil subsequente à publicação da intimação no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais (ocorrida na edição de 19/05/2023 – fl. 800) e em jornal de grande circulação (ocorrida na edição de 19/05/2023, Jornal O Tempo – fl. 801), com início em 22/05/2023 (segunda-feira) e término em 31/05/2023 (quarta-feira), conforme disposto no art. 110 da Lei nº 8.666/93. Certifica-se que a licitante VIAÇÃO UMUARAMA LTDA, protocolizou, tempestivamente, na data de 31/05/2023, no Setor de Protocolo Geral, novos documentos para habilitação (Número único: 55Q.886.Y9D-34). A documentação, composta por 36 (trinta e seis) laudas, foi anexada aos autos do processo licitatório, tendo sido encaminhada na íntegra, via cópia digitalizada, à empresa Planum – Planejamento e Consultoria Urbana LTDA, pessoa jurídica contratada para fins de assessoramento técnico na licitação, conforme e-mail datado de 31/05/2023, 17:37h (fl. 839). Em resposta, foram obtidas as manifestações acostadas aos autos, recebidas em 12/06/2023 (fls. 840/842), 21/06/2023 (fls. 843/845) e 29/07/2023 (fls. 847/850). Destarte, a Comissão Permanente de Licitação procedeu ao exame dos documentos de regularização, verificando-se que a licitante VIAÇÃO UMUARAMA LTDA sanou todas as pendências que implicaram anteriormente na sua inabilitação. Pontua-se que as causas para inabilitação foram as discriminadas na ata de reunião realizada no dia 09/05/2023, 09:00h (fl. 779), nos seguintes moldes: “Em conformidade com o disposto no item 5 do Edital, após análise e conferência dos documentos relativos à habilitação jurídica (item 5.2) e de regularidade fiscal e trabalhista (item 5.3), verificou-se a existência de fundamento para Inabilitação da licitante VIAÇÃO UMUARAMA LTDA, qual seja: **a)** não apresentou prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, em desconformidade com o disposto no item 5.3.1, alínea ‘b’. Prosseguindo, passou-se à conferência e análise da documentação econômico-financeira (item 5.4 do Edital, verificando-se fundamento para Inabilitação da licitante VIAÇÃO UMUARAMA LTDA, qual seja: **a)** apresentou Balanço Patrimonial (Exercício 2022) confeccionado via SPED Contábil (Sistema Público de Escrituração Digital Contábil), contudo, sem apresentação do arquivo de Recibo, instrumento de comprovação da entrega dos arquivos magnéticos perante a Receita Federal, e em que consta a assinatura do contador/profissional responsável, em desconformidade com o disposto no item 5.4.1, alíneas ‘b.1’ e ‘d’. Por fim, quanto aos requisitos de qualificação técnica previstos no item 5.5 do Edital, verificou-se a existência de fundamentos para Inabilitação da licitante VIAÇÃO UMUARAMA LTDA, quais sejam: **a)** apresentou termo de compromisso de disponibilidade de frota a que se refere o item 5.5.1.1 do Edital contendo frota incompatível à exigida, haja vista ofertar 42 (quarenta e dois) veículos do tipo midi, ao passo em que o Edital previu 30 (trinta) veículos midi e 12 (doze) veículos mini, em desconformidade com o disposto no item 4.2 do Anexo I – Projeto Básico e no item 1.3.2.a do Anexo IV; **b)** apresentou “Atestado de Capacidade Técnica”, para fins de comprovação da capacidade técnica operacional, emitido pela Prefeitura Municipal de Umuarama/PR, sem discriminação precisa da data de início e término dos serviços (quando o caso), em desconformidade com o disposto no item 5.5.1.8, destacando-se, ademais, inexistir no documento menção ao processo licitatório do qual decorreu a contratação; e, **c)** apresentou “Atestado de Capacidade Técnica” e respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT (CAT 3018567/2023 – CREA-MG), para fins de comprovação da capacidade técnica profissional, relativa à Responsável Técnica Kenia Honório da Rocha, sem descrição efetiva das atividades técnicas desenvolvidas pela profissional, emitida por pessoa jurídica de direito privado (Turi – Transporte Urbano, Rodoviário e Intermunicipal LTDA), em desconformidade com o disposto no item 5.5.1.9.6, que exige documento “emitido por órgão oficial e/ou entidade pública delegatária ou contratante do serviço” (destacamos). Examinando o conjunto documental para regularização apresentado pela licitante VIAÇÃO UMUARAMA LTDA (fls. 803/838), observa-se que foram apresentados: **a)** para atendimento ao item 5.3.1, alínea ‘b’, do Edital, foi apresentada Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, emitido pela Receita Estadual do Paraná, válido na data do protocolo (fl. 804); **b)** para atendimento ao item 5.4.1, alíneas ‘b.1’ e ‘d’, do Edital, foi reapresentado o Balanço Patrimonial relativo ao ano-exercício 2022 (fls. 805/828), ora instruído com “Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital”,





## GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE

com comprovação de assinatura por Contador (fls. 829/830); c) para atendimento ao item 4.2 do Anexo I – Projeto Básico e item 1.3.2.a do Anexo IV, apresentou termo de compromisso de disponibilidade de frota a que se refere o item 5.5.1.1 do Edital contendo frota compatível à exigida, com oferta de 30 (trinta) veículos midi e 12 (doze) veículos mini; d) para atendimento ao item 5.5.1.8 do Edital, apresentou “*Atestado de Capacidade Técnica*” emitido pela Prefeitura Municipal de Umuarama/PR, datado de 11/05/2023, comprovando experiência anterior da pessoa jurídica licitante na execução de serviço de transporte coletivo em linhas regulares, constando informações relativas à frota operacional, bem como ao período da prestação de serviços (a partir do Contrato de Concessão nº 062/2004, de 07 de junho de 2004 até os dias atuais, assim considerados, para fins do presente certame, a data expedição do atestado); e, e) para atendimento ao item 5.5.1.9.6 do Edital, reapresentou o “*Atestado de Capacidade Técnica*” emitido pela empresa TURI – Transporte Urbano, Rodoviário e Intermunicipal LTDA, e a respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT (CAT 3018567/2023 – CREA-MG), para fins de comprovação da capacidade técnica profissional, relativa à Responsável Técnica Kenia Honório da Rocha, ora instruído com documento complementar, emitido pela Prefeitura de Sete Lagoas/MG, contendo informações adicionais e detalhadas relativas à prestação de serviços descrita nos Atestado/CAT que já constavam nos autos, notadamente por ambos serem vinculados à mesma ART (ART nº 20232023058). Em relação ao tópico específico, importante pontuar que o fundamento para inabilitação foi tão somente a falta de clareza do “*Atestado de Capacidade Técnica*” e respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT (CAT 3018567/2023 – CREA-MG), no tocante à descrição efetiva das atividades técnicas desenvolvidas pela profissional, bem como a ausência de dados, nesses documentos, que permitissem verificar que os serviços de transporte coletivo foram prestados a órgão oficial e/ou entidade pública delegatária ou contratante do serviço. Aberto o prazo do art. 48, §3º, da Lei nº 8.666/93, logrou a licitante providenciar o esclarecimento de tais lacunas, na medida em que foi apresentado documento complementar, emitido pela Prefeitura de Sete Lagoas/MG, por meio do qual se esclarecem e se ratificam os dados dos Atestado/CAT, especialmente ao narrar que “(...) a Eng. Kênia Honório da Rocha CREA MG 326.699/D atuou como responsável técnico, no desenvolvimento das atividades técnicas registrada na ART nº MG 20232023058 no período de 01/11/2022 a 29/04/2023, na área de planejamento, operação, programação e execução dos serviços de transporte coletivo urbano no Município de Sete Lagoas-MG, através do Contrato de Concessão nº 059/2016 de 03 de maio de 2016 que a Concessionária mantém com este Município”. Pontua-se que as atividades técnicas mencionadas são compatíveis com o objeto licitado, conforme cancelado pela empresa responsável pela assessoria técnica, que aprovou o conteúdo material do documento. É válido ressaltar que as informações para complementação e/ou esclarecimento acerca do teor dos Atestado/CAT poderiam, até mesmo, ser alvo de diligência a ser realizada pela CPL (art.43, §3º, da Lei nº 8.666/93), a qual não se faz mais necessária, tendo em vista que a licitante trouxe aos autos as informações faltantes. Além disso, é válido registrar que, para fins do presente julgamento, o documento emitido pela Prefeitura de Sete Lagoas/MG é apto e suficiente para atender à finalidade a que se destina, qual seja, complementar/esclarecer as informações constantes do “*Atestado de Capacidade Técnica*” e respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT (CAT 3018567/2023 – CREA-MG) que já constavam dos autos, não se tratando de documento substitutivo, mas complementar àqueles. Diante disso, considerando o atendimento integral às exigências editalícias, a CPL declarou o seguinte resultado da fase de habilitação: Empresa Habilitada: VIAÇÃO UMUARAMA LTDA. Empresa Inabilitada: não houve. Considerando a habilitação da única empresa participante e, por conseguinte, a ausência do interesse recursal (requisito intrínseco de admissibilidade), prescindível a abertura do prazo de recurso em relação à fase habilitatória, sendo possível passar à segunda fase da licitação, julgamento de propostas, nos moldes previstos nos itens 8.12 e 8.13 do Edital. Diante disso, no uso de suas atribuições, a Comissão Permanente de Licitação resolve designar para o dia **05/07/2023**, às **09:30h**, sessão pública para abertura do envelope de proposta técnica da licitante habilitada, bem como para realização dos atos subsequentes da licitação. A sessão pública ora designada será realizada no Edifício Solar Barão do Suaçuí, situado na Rua Barão do Suassuí, nº 106, Bairro Boa Vista, Conselheiro Lafaiete/MG. A empresa participante do certame será comunicada via e-mail, com publicação da presente ata no site do Município. Nada mais havendo a relatar, o Presidente encerrou a reunião, lavrando-se a presente ata que lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação.

Alisson Dias Laureano  
Presidente da CPL

Isabella Gomes de Vargas e Lima  
Membro CPL

Ramon Carlos Ramos de Souza  
Membro CPL